

## **Emprego com carteira e renda crescem em serviços** - *Valor Econômico* - 23/09/2011

Aos 43 anos, João (nome fictício) está em seu primeiro emprego não terceirizado como faxineiro, em um prédio residencial da zona sul de São Paulo, onde trabalha há três anos. Apesar de considerar esse o melhor emprego em que já trabalhou - depois de ficar dois anos desempregado, fazendo bicos como servente de pedreiro e pintor -, pediu que o seu nome não aparecesse na reportagem.

Na profissão atual, começou em uma empresa prestadora de serviços ganhando o salário mínimo da época, R\$ 250, e foi vendo a renda aumentar conforme o mínimo era reajustado. Hoje, comemora o registro em carteira e a renda de R\$ 800, mas sonha em fazer um pé de meia para entrar em um curso técnico de eletricitista, pensando em ganhar mais.

O salário que João levou anos para conseguir alcançar é apenas R\$ 200 maior, em termos nominais, que a primeira remuneração do analista Ricardo Bonino, quando começou a trabalhar como estagiário em tecnologia da informação na Secretaria da Fazenda do Espírito Santo, há 11 anos. Hoje, um estagiário nesse mesmo nível recebe, em média, R\$ 1,2 mil, conta Bonino, que tem 29 anos e acumula aumentos expressivos de renda ao longo da carreira.

Depois de ser promovido de analista desenvolvedor pleno para sênior na empresa prestadora de serviços onde trabalha atualmente, em São Paulo, deixou de ser celetista para se tornar pessoa jurídica. O rendimento mensal cresceu de R\$ 7,5 mil para, em média, R\$ 13 mil.

Como faz projetos com prazo e recebe por hora, não precisa ir até a companhia todo dia. "Ainda não cheguei ao topo da minha carreira. Dá para ganhar R\$ 100 por hora no meu cargo, o que dá cerca de R\$ 16 mil por mês, e você também pode partir para ocupar um cargo de gerente de projetos ou diretor de TI", diz o analista.

João e Bonino representam duas pontas do maior e mais heterogêneo setor da economia, - o de serviços -, cuja renda e formalização têm aumentado nos últimos cinco anos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Se, em agosto de 2006, o rendimento médio real dos trabalhadores da área era R\$ 1.000, em agosto deste ano saltou para R\$ 1.543, sem descontar a inflação no período.

O emprego com carteira assinada também aumentou em todos os subsetores de serviços. Pelo Relatório Anual de Informações Sociais (Rais) de 2010, 14,3 milhões de pessoas trabalhavam no setor de serviços no ano passado - sem considerar comércio, administração pública e serviços de utilidade pública, como energia elétrica e saneamento. Esse contingente representava, no ano passado, um terço do total da mão de obra formal do país.

A criação das empresas terceirizadas, que prestam serviços a outras empresas, explica a expansão do emprego formal nos serviços, concordam especialistas consultados pelo **Valor**. De janeiro a agosto deste ano, foram criados 729,5 mil postos de trabalho com carteira assinada no setor, mais que o dobro das 344,7 mil vagas da indústria e quase quatro vezes mais que as 210,9 mil do comércio. Apesar de heterogênea, a ocupação no setor colhe frutos do próprio crescimento do setor de serviços, o que mais cresce dentro do Produto Interno Bruto (PIB).

Alguns analistas, no entanto, fazem ressalvas em relação à qualidade desses empregos. Na avaliação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o trabalhador terceirizado está desprotegido, porque boa parte deles está enquadrado como pessoa jurídica, que não contribui para a Previdência Social. A entidade também chama a atenção para a dificuldade de negociar aumentos salariais para funcionários terceirizados.

"Há uma série de atividades que foram expulsas de dentro da linha de produção e passaram a ser fornecidas por empresas específicas. A renda delas até pode acompanhar a trajetória geral [de aumento], mas tem patamar bem inferior", afirma Lúcia Garcia, coordenadora da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Dieese, para quem "a subcontratação veio para ficar" e reduz os rendimentos do trabalhador de serviços.

O presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nese, discorda da visão da pesquisadora. Para ele, o termo "terceirização" só é válido para designar contratos temporários de locação de mão de obra, e não abarca empresas prestadoras de serviços a outras empresas, cuja existência reduz custos, aumenta a especialização nos serviços e também a produtividade das empresas contratantes.

Nese lembra, porém, que, na maioria dos casos, o serviço é prestado diretamente na empresa contratante e o funcionário da prestadora pode ser proibido de usar sua estrutura, como, por exemplo, o refeitório. Essa situação é combatida pela CNS, mas não há legislação definida para regulá-la. "Mas é só regularizar isso nos contratos", diz o presidente da entidade.

No outro extremo, nos chamados serviços pessoais, como cabeleireiro, manicure e academia, a informalidade ainda resiste, o que dificulta o aumento de renda no segmento, diz o economista Silvio Sales, consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). "O mercado formal tende a pagar melhor." O fato de o setor de serviços ser o maior empregador também puxa a renda dos trabalhadores da categoria para baixo, observa Lúcia, já que a remuneração do primeiro emprego sempre costuma ser menor.

O aumento dos salários no setor de serviços tem preocupado o Ministério da Fazenda, que discute a possibilidade de sugerir uma alteração das regras atuais para facilitar a "importação de mão de obra". Desde 2006, o rendimento dos ocupados no setor de serviços cresceu 53%, sem descontar a inflação, enquanto o rendimento médio dos ocupados na indústria aumentou 50%, nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. Ainda assim, o salário pago no segmento menos qualificado do grupo dos serviços representava, em agosto passado, 37% da remuneração paga nas fábricas.